



A

→

DATA DA REUNIÃO: VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS.-----

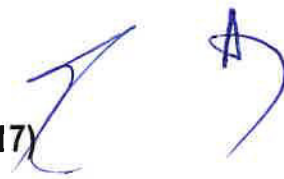
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração política:-----

DECLARAÇÃO POLÍTICA
(Última reunião de Câmara do mandato 2013-2017)



O executivo municipal reúne-se hoje pela última vez em sessão ordinária de Câmara no mandato 2013-2017.

Ao longo dos últimos quatro anos, **o executivo municipal de maioria PS fez um esforço no sentido de valorizar e dignificar o papel da oposição**, promovendo um ambiente de diálogo e de debate de ideias entre os vereadores com pelouros e sem pelouros.

Sem prejuízo do compromisso assumido para com a população do concelho de Santo Tirso, que sufragou maioritariamente o programa eleitoral apresentado em 2013, **o executivo municipal de maioria PS congratula-se por ter acolhido um conjunto de propostas apresentadas pelos vereadores da oposição ao longo do último mandato**, num claro sinal de humildade democrática e de abertura ao diálogo.

E mais: no mandato que está agora a terminar, **o executivo municipal aprovou por unanimidade a esmagadora maioria das propostas levadas a reunião de Câmara**, o que demonstra o sentido de responsabilidade da oposição e o esforço da maioria em obter consensos.

Aliás, o executivo municipal quer deixar claro que não confunde esta oposição do PSD-PPM com a qual trabalhou ao longo dos últimos quatro anos com a outra oposição do PSD que não olha a meios para atingir os fins, **ao ponto de financiar um jornal local para atacar, de forma vil, abjeta e despudorada, o presidente da Câmara e toda a vereação.**

Apesar de algumas naturais e salutares divergências de opinião entre a maioria e a oposição, **o certo é que, globalmente, as reuniões de Câmara pautaram-se pelo respeito institucional, pela liberdade de opinião e pelo debate de propostas.**

Em Santo Tirso, nas reuniões de Câmara, cumpriu-se a Democracia!

Por fim, o executivo municipal de maioria socialista gostaria de saudar e desejar as maiores felicidades pessoais e profissionais a todos os vereadores presentes na última reunião de Câmara deste mandato.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 21 de setembro de 2017

b) O senhor vereador Alírio Canceles fez uma pequena intervenção, referindo essencialmente o seguinte:-----

Que os senhores vereadores Dr. Carlos Pacheco e Doutora Sofia Roriz não puderam estar presentes nesta reunião por razões de ordem profissional, inadiáveis.-----

Disse que subscrevia parte da declaração política que o senhor presidente da câmara acabara de ler. Declarou que sempre defendeu que ser da oposição não é ser “do contra” e que sempre pautou a sua atuação neste órgão municipal de acordo com esse entendimento. Que apesar disso, houvera um conjunto significativo de cidadãos que subscreveram o seu projeto e que por isso sempre entendeu que os interesses dos cidadãos deveriam ser postos acima dos interesses pessoais e partidários.-----

Declarou que fora crítico quando tivera que ser crítico, fazendo sempre uma oposição construtiva. Que tivera a oportunidade e a capacidade de apresentar propostas. Que entendera aprovar as que seriam de aprovar e com a sua atuação houvera mesmo a possibilidade de melhorar algumas das propostas do Partido Socialista, o que não acontecera em executivos anteriores.-----

Que entendia que todos terminavam este mandato dignificados pelo trabalho que fizeram. E que por isso deixava aqui “uma nota de congratulação”. Desejou as maiores felicidades aos membros eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e que se ganhassem as próximas eleições que fizessem o melhor que pudessem pelo concelho.-----

Seguidamente pelo senhor vereador José Manuel Coelho Pinheiro Machado disse que subscrevia a declaração anterior, realçando que entendia que o poder político autárquico foi de grande afirmação no mandato que terminava.-----

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21/SETEMBRO/2017 – ATA Nº 18

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 07/09/2017
- 2 – Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 14/09/2017: Conhecimento
- 3 – Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Santo Tirso: Revisão do Anexo I referido no artigo 29º do Contrato renovado por deliberação da câmara municipal de 12/07/2001: Ratificação de despacho
- 4 – Protocolo celebrado entre o município de Santo Tirso e a Águas do Norte, S.A. para a gestão financeira dos investimentos relativos à execução de infraestruturas de drenagem de águas residuais urbanas no concelho de Santo Tirso: Ratificação
- 5 – Empreitada: “Parque Urbano de Geão”: Adjudicação
- 6 – Contrato para planeamento e elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria: Relatório de ponderação sobre o período de discussão pública
- 7 – Proposta de celebração de Acordo de Cooperação entre os municípios abrangidos pela bacia hidrográfica do Rio Leça e a Área Metropolitana do Porto, tendo por objeto a elaboração de estudo prévio para a qualificação e valorização do corredor do Rio Leça
- 8 – Comparticipação financeira do Fundo Social Europeu à operação com o código NORTE – 07 – 4234 – FSE – 000005, designada por “Projetos inovadores de inclusão social de âmbito territorial”: Ratificação da decisão de apresentação da candidatura e aceitação das condições
- 9 – Requerimento da sociedade NURI, S.A.: Pedido de desafetação de terreno da Reserva Ecológica Nacional
- 10 – Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Festas de Nossa Senhora de Valinhas



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

8

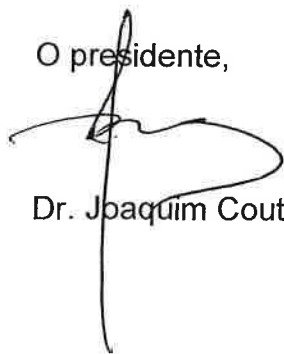
- 11** – Proposta de atribuição de subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel das Aves – Festas em honra de S. Miguel Arcanjo
- 12** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa de São Martinho – 2017
- 13** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com o Grupo Columbófilo Azas de Água Longa – 2017
- 14** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa de Rebordões – 2017
- 15** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com a associação denominada AB 92 - União Desportiva e Cultural de Santo Tirso – 2017
- 16** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Moradores do Complexo Habitacional de Ringe - 2017
- 17** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com a associação CAST – Centro Atletismo Santo Tirso – 2017
- 18** – Celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com o Clube de Pesca Desportiva Além Rio – 2017
- 19** – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo entre o município de Santo Tirso e a atleta Ercília Machado
- 20** – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo entre o município de Santo Tirso e o atleta João Correia
- 21** – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo entre o município de Santo Tirso e a atleta Maria Lagoa



- 22** – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo entre o município de Santo Tirso e o atleta Paulo Vides
- 23** – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo entre o município de Santo Tirso e o atleta Ricardo Santos
- 24** – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo entre o município de Santo Tirso e o atleta Joaquim Machado

Santo Tirso, 18 de setembro de 2017

O presidente,



Dr. Joaquim Couto

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07/09/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia sete do corrente mês de setembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

2. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 14/09/2017:
CONHECIMENTO.-----

Presente a ata da sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia catorze do corrente mês de setembro, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Tomada de conhecimento do Relatório de Revisão Limitada sobre a situação Financeira do Município reportado a 30 de junho de 2017;-----

- Ratificação de despacho do presidente da câmara de vinte e quatro de agosto findo que aprovou a 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipal e a 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos;-----

- Apreciação favorável do Relatório anual de monitorização da Operação Reabilitação Urbana (ORU) de Santo Tirso;-----

- Retificação da deliberação da assembleia municipal de trinta de novembro findo (item dez) no que diz respeito às despesas do município com a Associação LITORALRURAL – Associação de Desenvolvimento Regional;-----

- Aprovação da 1ª Alteração ao Regulamento Municipal para a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior;-----

- Ratificação da autorização da delegação de competências nas freguesias de Água Longa e Vila Nova do Campo, tendo por objeto assegurar o prolongamento do horário nos jardins-de-infância no ano letivo de 2017/2018;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de Rebordões para a realização da obra denominada “Repavimentação e drenagem da Rua do Padrão – 3ª fase”;-----

- Autorizar da delegação de competências na freguesia de Vila Nova do Campo para a execução da obra de “Beneficiação da Rua Luís Machado do Arão”;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de União de freguesias de Lamelas e Guimarei para Beneficiação de um troço da Rua da Veiga e da Rua da Estirada ;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de freguesia de Rebordões para a

realização da obra denominada “Pavimentação de uma Travessa da Avenida de Freitas”;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de Vilarinho para a gestão do cemitério novo e da casa mortuária;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de União das Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira para realização da obra denominada “Construção de valetas na rua da Liberdade e rua Dr. Augusto Pires de Lima, Areias”;-----

- Autorizar a delegação de competências na freguesia de Monte Córdova, para execução das obras de pavimentação de diversos arruamentos daquela freguesia, identificadas na deliberação da câmara municipal de sete do corrente mês de setembro (item 19 da respetiva ata);-----

- Atribuição de subsídio no montante de 3.810,70 € à Junta de Freguesia de Negrelos (S. Tomé) para realocização de uma caixa multibanco;-----

- Atribuição de subsídio no montante de 5.300,00 € à Junta de Freguesia de Agrela para requalificação do entroncamento da Rua do Facho com a Rua Nova do Facho;-----

- Ratificação da deliberação da câmara municipal de treze de julho último, que decidiu atribuir um subsídio no montante de 12.645,80 € à junta de freguesia de Água Longa para beneficiação da Rua da Rosinha;-----

- Concessão de benefícios fiscais à sociedade Albino & Filhos, Lda - Processo 27/17 AE;

- Concessão de benefícios fiscais à sociedade CS Plastic, Lda - Processo 8/17 AE;-----

A câmara municipal tomou conhecimento.-----

3. CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: REVISÃO DO ANEXO I REFERIDO NO ARTIGO 29º DO CONTRATO RENOVADO POR DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12/07/2001: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

Presente ofício da EDP – Distribuição – Energia, S.A., de oito de novembro de dois mil e dezasseis, registado com o número vinte e três mil oitocentos e setenta e sete, a propor a revisão do anexo I referido no artigo 29º do Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão do município de Santo Tirso, renovado por deliberação da câmara municipal de doze de julho de dois mil e um (item vinte e cinco da respetiva ata).-----

Os termos do novo anexo, que diz respeito à definição dos aparelhos de iluminação e lâmpadas a adotar, foram previamente acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o objetivo de serem comuns a todos os concedentes da distribuição em baixa tensão.-----

O assunto vem informado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução do aludido contrato de concessão, conforme informação de vinte e cinco de agosto findo, registada com o número oito mil e quatrocentos, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de catorze do corrente mês de setembro, que concordou com a substituição do referido anexo, nomeadamente pelo facto de contemplar a substituição / evolução dos focos luminosos de tipo “corrente” por instalação de equipamentos com tecnologia LED, que garantem uma maior eficiência energética, com redução de consumos considerável.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, cópia do aludido anexo, em substituição do anexo referido no n.º 3 do artigo 29º do respetivo Contrato de Concessão, que passa a

Reunião : ORDINÁRIA

constituir as subsequentes quatro folhas.-----

Novo Anexo I

Definição dos tipos «correntes» de níveis de iluminação, luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública do Município.

Para efeitos do estabelecido no artigo 29º do presente contrato tipo de concessão, adotam-se como «correntes» os seguintes níveis de iluminação, tipos de luminárias, lâmpadas, apoios e braços.

A- Níveis de iluminação e uniformidade global recomendada

A.1 – Zonas rurais e semiurbanas onde predomina a rede aérea

Zonas a iluminar	E _{med} min (lux)	E _{min} (lux)	U _o min (%)	Fluxo (lm)
Centro, arruamentos e largos principais	15	5	0,33	5600 ≤ Ø ≤ 16500
Núcleos antigos delimitados	10	3	0,30	3100 ≤ Ø ≤ 10500
Arruamentos secundários, passagens subterrâneas e viadutos	7,5	1,5	0,20	
Periferias	5	1	0,20	2100 ≤ Ø ≤ 6600

$$U_o = E_{min}/E_{med}$$

A.2 – Zonas urbanas e semiurbanas onde predomina a rede subterrânea

Zonas a iluminar	L _{med} min. (cd/m ²)	U _{omin} (%)	U _L min (%)	Fluxo (lm)
Centro, arruamentos, largos principais e núcleos antigos delimitados.	1,5	0,4	0,7	8900 ≤ Ø ≤ 30000
Arruamentos secundários, passagens subterrâneas e viadutos.	0,75	0,4	0,7	4200 ≤ Ø ≤ 16500
Periferias	0,5	0,35	0,4	3100 ≤ Ø ≤ 6600

U_o – uniformidade geral e U_L – uniformidade longitudinal; U_o = L_{min}/L_{med} ; U_L = L_{min}/L_{max}

A.3 Jardins, parques públicos e zonas de lazer

Zonas a iluminar	E _{med} min lux	E _{min} (lux)	Fluxo (lm)
Jardins, parques públicos e zonas de lazer	10	3	1200 ≤ Ø ≤ 10500

B – Tipos de luminárias, lâmpadas e sua aplicação

As tecnologias de lâmpadas a aplicar nas luminárias são:

- Lâmpada de vapor de sódio de alta pressão (VSAP) de potências de 50W, 70 W, 100 W, 150 W e 250 W;
- LED (Light Emiting Diode) com temperatura de cor compreendida entre 3000 K e 5000 K.

As luminárias LED apenas são consideradas material de tipo corrente para os casos de: i) estabelecimento de novas redes de iluminação pública (IP), ii) substituição de luminárias com lâmpadas de vapor de mercúrio, decorrente da remodelação de redes de IP, seja por iniciativa da Câmara, seja por iniciativa do concessionário e iii) substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação, conforme validado pelo concessionário. Neste último caso, se a substituição se referir a luminárias pontuais e não a um circuito inteiro, a Câmara poderá optar pela respetiva substituição por luminárias de vapor de sódio.

Nas luminárias LED a aplicar na proximidade de hospitais, em parques naturais, observatórios, áreas de proteção especial ou outras zonas justificadamente indicadas no Plano Diretor Municipal de Iluminação Pública como zonas especialmente sensíveis à poluição luminosa, o ULOR¹ não deve ultrapassar 1% para todas as classes de iluminação.

As lâmpadas serão utilizadas de forma a garantir os níveis de iluminação previstos em A.

B.1 - Luminárias de utilização universal

B.1.1 – Luminária equipada com lâmpada VSAP:

Fechada (com difusor), com ULOR <3% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento de acessórios: IP43 e IK06;
- Compartimento ótico: IP65 e IK06.

B.1.2 – Luminária equipada com módulo (s) de LED

Luminária equipada com módulo (s) de LED e driver, com ULOR <3% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento ótico inclui o módulo de LED: IP66 e IK06;
- Existindo compartimento de acessórios: IP54 e IK06. Caso o compartimento de acessórios inclua driver, o mesmo deve possuir IP65.

¹ ULOR (Upward Light Output Ratio) razão entre o fluxo emitido para cima sob condições específicas com a(s) fonte(s) de luz e com essa(s) mesma(s) fonte(s) operando fora da luminária.



distribuição

B.2 - Luminárias para jardins, parques públicos e zonas de lazer

Em jardins, parques públicos e zonas de lazer a Câmara pode optar por luminárias diferentes das definidas em B.1., são alternativas as seguintes luminárias:

B.2.1 – Luminária equipada com lâmpadas VSAP

Luminária com difusor de forma esférica com calote superior opaca, de diâmetro de 450 a 500 mm, ou com outra configuração, com graus de proteção mínimos IP54 e IK08, e com ULOR <15%.

B.2.2 - Luminária equipada com módulo (s) LED

Luminária com difusor de forma esférica, com calote superior opaca de diâmetro 450 a 500mm ou com outra configuração, equipada com módulo de LED e driver, com ULOR <5% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento ótico inclui o módulo de LED: IP66 e IK08.
- Existindo compartimento de acessórios: IP54 e IK08. Caso o compartimento de acessórios inclua driver, o mesmo deve possuir IP65.

Caso a Câmara opte pela instalação destes modelos LED, a aquisição será efetuada pelo concessionário e o custo correspondente será repartido igualmente entre a Câmara e o concessionário.

B.3 – Luminárias para núcleos antigos delimitados:

Em núcleos antigos delimitados a Câmara pode optar por luminárias diferentes das definidas em B.1., são alternativas as seguintes luminárias:

Luminárias tipo lanterna clássica de 4 ou 6 faces e do tipo troncocónicas ou esféricas com calote superior opaca, equipadas com módulo de LED e driver, com ULOR <5% e com os seguintes graus de proteção mínimos:

- Compartimento ótico inclui o módulo de LED: IP66 e IK08.
- Existindo compartimento de acessórios: IP54 e IK08. Caso o compartimento de acessórios inclua driver, o mesmo deve possuir IP65.

Caso a Câmara opte pela instalação destes modelos LED, a aquisição será efetuada pelo concessionário e o custo correspondente será repartido igualmente entre a Câmara e o concessionário.

C - Apoios e braços

C.1 - Para redes aéreas:

Postes de betão ou de madeira de 8 m, 9 m, 10 m e 12 m.

Braços em tubo de ferro galvanizado a quente, de diâmetro exterior 42mm e com projeções horizontais de 0,450 m, 0,750 m ou 1,250 m.

C.2 - Para redes subterrâneas:

C.2.1- Para vias de circulação automóvel

Colunas metálicas galvanizadas a quente de 6 m, 8 m, 10 m ou 12 m de altura útil, de secção octogonal ou tronco cónica, com ou sem braços. Havendo braço este deve ter igual geometria à da coluna e na zona de fixação da luminária o seu diâmetro exterior deve ser de 60 mm. O braço pode ser simples, duplo ou triplo, devendo cada um destes tipos ter projeções horizontais, respetivamente, de 0,450 m, 0,750 m ou 1,250 m.

C.2.2 - Para jardins e zonas de lazer

Colunas metálicas galvanizadas a quente de 4 m e 6 m de altura útil, de secção com geometria igual à anterior e com diâmetro exterior na parte superior igual a 60 mm. Havendo necessidade de braço, este deverá possuir a mesma geometria da coluna.

C.3- Para núcleos antigos delimitados

As luminárias são instaladas em colunas de 4 e 6 metros ou em consolas fixadas à parede.

Notas interpretativas

Nota interpretativa 1: Os encargos com a iluminação pública, a cargo do concessionário, serão objeto do plano de obras para a iluminação pública, a apresentar anualmente pelo concessionário.

Nota interpretativa 2: O investimento do concessionário em iluminação pública, com o enquadramento e limites definidos no contrato de concessão, inclui, designadamente, os custos suportados com a aquisição e instalação de luminárias e colunas.

Nota interpretativa 3: A aquisição de luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública será, por regra, efetuada pelo concessionário no âmbito de procedimentos concursais com observância da legislação aplicável. A aquisição ou a instalação de equipamentos de iluminação pública que não estejam a cargo do concessionário deverão ser previamente acordadas por este, que definirá as especificações técnicas e condições aplicáveis.

4. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ÁGUAS DO NORTE, S.A. PARA A GESTÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS RELATIVOS À EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS NO CONCELHO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente email de um do corrente mês de setembro, da sociedade Águas do Norte, S.A., registado com o número vinte e dois mil oitocentos e cinquenta, a remeter minuta de Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e aquela sociedade para a gestão financeira dos investimentos relativos à execução de infraestruturas de drenagem de águas residuais urbanas no concelho de Santo Tirso.-----

O assunto vem informado pelo Gabinete da Direção Municipal, conforme informação de treze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil e vinte e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o Protocolo celebrado no dia dezoito do corrente mês de setembro, que tem por objeto regular a responsabilidade de cada uma das partes na execução das infraestruturas de drenagem de águas residuais urbanas, localizadas nas freguesias de Agrela, Água Longa, Vila das Aves, União de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, União de freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, Monte Córdova, União de freguesias de Carreira e Refojos de Riba D'Ave, Rebordões, Reguenga, Roriz, Vila Nova do Campo, São Tomé de Negrelos e Vilarinho, que estão integradas no Sistema de Águas da Região do Noroeste, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante constituindo o anexo I da mesma.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de celebração do aludido Protocolo, nos seus precisos termos.-----

**5. EMPREITADA: “PARQUE URBANO DE GEÃO – SANTO TIRSO”:
ADJUDICAÇÃO.**-----

Presente o processo de concurso público registado na Divisão de Projetos e Empreitadas com o número 82/2015, do qual consta o relatório final de análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em vinte e nove de agosto findo, do qual, para fundamentação da presente deliberação, se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes oito folhas, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de um de junho último (item sete da respetiva ata), cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos.-----

No referido procedimento, e conforme consta do relatório acima referido, foram excluídos os concorrentes números um, NORCEP – Construções, S.A.; dois, Rodrigues & Camacho, Construções S.A.; três, ARLIZCO, S.A.; quatro DACOP – Construções e Obras Públicas, S.A.; cinco, Arquijardim S.A.; oito, M. Couto Alves, S.A. e onze, Ilhaugusto – Construções, Lda, pelas razões referidas naquele Relatório e também no Relatório Preliminar datado de dez de agosto findo, que igualmente aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

Em sede de audiência prévia não foram apresentadas quaisquer reclamações.-----

O júri do procedimento ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso nos seguintes termos:-----

1º - Concorrente n.º 10 – Edilages, S.A., com proposta no valor de 1.842.997,62 € (um milhão oitocentos e quarenta e dois mil novecentos e noventa e sete euros e sessenta e dois cêntimos);-----

2º - Concorrente n.º 7 – Construções Capela Braga, Lda., com proposta no valor de 1.900.798,06 € (um milhão novecentos mil setecentos e noventa e oito euros e seis cêntimos);-----

3º - Concorrente n.º 6 – Higino Pinheiro & Irmão S.A., com proposta no valor de

1.897.038,10 € (um milhão oitocentos e noventa e sete mil e trinta e oito euros e dez cêntimos).-----

4º - Concorrente nº 9 – Empresa de Construções Amândio de Carvalho, S.A., com proposta no valor de 1.983.041,66 € (um milhão novecentos e oitenta e três mil e quarenta e um euros e sessenta e seis cêntimos).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório final de análise das propostas anexo, e deliberasse adjudicar a empreitada em causa ao concorrente n.º 10 – EDILAGES S.A., pelo preço de 1.842.997,62 € (um milhão oitocentos e quarenta e dois mil novecentos e noventa e sete euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA, notificando-se a presente deliberação a todos os concorrentes, nos termos legalmente previstos.-----

O prazo de execução da obra é de trezentos e sessenta e cinco dias, a contar da data da respetiva consignação, a qual apenas poderá ter lugar depois do respetivo contrato obter o visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, face ao disposto no n.º 4 do artigo 45º da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro.-----

As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 02/07010405, na qual ficou cativa a importância de 123.667,59 € (cento e vinte e três mil seiscentos e sessenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos), correspondente à estimativa dos encargos a satisfazer no ano económico em curso, conforme proposta de cabimento orçamental número 384/2017 e movimento de estorno n.º 1207/2017, e o compromisso assumido foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3527/2017, de treze do corrente mês de setembro.-----

O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que resulta já do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis (projeto/ação – 38/2006/I/104), sendo que a autorização para a assunção de compromissos plurianuais da assembleia municipal resulta do n.º 1 do artigo 31º das

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 18 Fl. 22
21 de setembro de 2017

Normas da Execução Orçamental, aprovadas por aquele órgão deliberativo com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso.-----

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO****Empreitada: "PARQUE URBANO DE GEÃO"****Processo nº DPE82/2015****Preço Base de Concurso: 1.997.541,48 €****Relatório Final de Análise das Propostas**

(nos termos previstos no artigo 148º do CCP)

Aos 29 dias do mês de agosto do ano dois mil e dezassete, reuniu o júri do concurso, nomeado por deliberação da Câmara Municipal de Santo Tirso do dia 01/06/2017, composto pelos seguintes elementos: Carlos António Nogueira Veloso (Eng.º), Maria Alcina Marques Oliveira (Dr.ª) e Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho (Eng.º).

Decorrido o prazo de audiência prévia previsto no n.º 1 do art. 123º do CCP, não foram apresentadas reclamações nem observações ao relatório preliminar, pelo que o júri do concurso mantém a análise efetuada no referido relatório preliminar, ou seja:

O resultado da análise das propostas, conduziu a que fosse excluído por força do nº 2 do art.º 146º do CCP, o seguinte concorrente:

- Concorrente **nº 1 – NORCEP Construções S.A.**, excluído por força da alínea d) do nº2 do art.º 146º do CCP - não apresenta documentos de instrução da proposta, nos termos do nº1 do artº 57º.
- Concorrente **nº 2 – Rodrigues & Camacho Construções S.A.**, excluído por força da alínea d) do nº2 do art.º 146º do CCP - não apresenta documentos de instrução da proposta, nos termos do nº1 do artº 57º do CCP, mas sim uma declaração referindo resumidamente o seguinte: "*não apresenta proposta a este procedimento porque o valor da mesma ultrapassa o valor base e ao abrigo do artigos 47º e 79º do decreto-lei 18/2008 não irá elaborar os documentos solicitados no programa de procedimento*".
- Concorrente **nº 3 – Arlizco, S.A.**, excluído por força da alínea d) do nº2 do art.º 146º do CCP - não apresenta documentos de instrução da proposta, nos termos do nº1 do artº 57º do CCP, mas sim uma declaração com o seguinte teor: "*após análise e estudo dos elementos patenteados a Concurso, e otimizados todos os custos envolvidos, constatamos que valor da nossa proposta, é superior ao valor base do presente concurso, pelo que nos escusamos a*

apresentar proposta, facto que, ao abrigo do N.º 2 do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, determinaria a exclusão da nossa proposta"

- Concorrente **nº 4 – DACOP – Construções E Obras Públicas, S.A.**, excluído por força da alínea d) do nº2 do art.º 146º do CCP - não apresenta documentos de instrução da proposta, nos termos do nº1 do artº 57º do CCP, mas sim uma declaração com o seguinte teor: *"Após estudo do processo da empreitada em referência, verificou-se não ser possível enquadrar a nossa proposta no limite do Preço Base. Pelo exposto optámos por não apresentar a n/ proposta"*.
- Concorrente **nº 5 – Arquijardim, S.A.** - excluído por força da alínea d) do nº2 do art.º 146º do CCP - não apresenta documentos de instrução da proposta, nos termos do nº1 do artº 57º do CCP, mas sim uma declaração com o seguinte teor: *"em virtude do valor da proposta orçamentada exceder o preço base do procedimento, o que resulta no não cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, não poderá apresentar proposta"*
- Concorrente **nº 8 – M. Couto Alves, S.A.**- excluído por força da alínea d) do nº2 do art.º 146º do CCP- não apresenta documentos de instrução da proposta, nos termos do nº1 do artº 57º do CCP, mas sim uma declaração com o seguinte teor: *"não iremos apresentar proposta uma vez que, o valor global que decorreu do estudo efetuado aos elementos de concurso acrescido da retificação de Erros e Omissões excede o valor base previsto na empreitada: "PARQUE URBANO DE GEÃO". Face ao exposto, não apresentaremos proposta para a empreitada em assunto.*
- Concorrente **nº11 – Ilhaugusto – Construções, Lda** - excluído por força da alínea a) do nº2 do art.º 146º do CCP - proposta apresentada após o prazo fixado para a sua apresentação.

Assim, o júri propõe a exclusão da proposta do concorrente atrás referido e a admissão das restantes propostas.

De acordo com o previsto no programa de concurso, o modelo de avaliação das propostas centra-se na avaliação dos seguintes fatores:

- ☐ A – Preço – com uma ponderação de 60% na globalidade da avaliação;
- ☐ B – Valia Técnica da Proposta – com uma ponderação de 40% na globalidade da classificação.

A Valia Técnica da Proposta será decomposta nos seguintes subfactores:

- B1 – Programação dos Trabalhos – com uma ponderação de 25% na globalidade da classificação;
- B2 – Meios Afetos à Obra – com uma ponderação 10% na globalidade da classificação;
- B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho – com uma ponderação de 5% na globalidade da classificação.

Os critérios de avaliação dos fatores e subfatores enunciados serão definidos de seguida.

A – PREÇO

A classificação do facto definido como "Preço" segue uma função matemática, definida pela Câmara Municipal, que se traduz, pela seguinte expressão:

$$CL(A) = 2,50 / PB \times P + 2,9$$

nas condições de: $0,80 \cdot PB \leq P \leq PB$

$$CL(A) = - 0,50 / PB \times P + 1,3$$

nas condições de: $P < 0,80 \cdot PB$

em que:

$CL(A)$ - Classificação da Proposta, relativamente ao Preço;

P_B - Preço-Base do Concurso;

P - Preço da Proposta do Concorrente.

B – VALIA TÉCNICA DA PROPOSTA

B1 – Programação dos Trabalhos

O subfactor destinado à avaliação da "Planeamento dos Trabalhos" desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à "descrição e detalhe do planeamento das tarefas", "descrição do rendimento das tarefas" e "adequação da memória descritiva à obra".

Na "descrição do planeamento das tarefas", optou-se por níveis de classificação, enumerados de seguida:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo todas tarefas do mapa de quantidades. É demonstrada uma perfeita articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e todas as tarefas da empreitada. 	40%
<ul style="list-style-type: none"> A proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada. 	20%

forlho
A 207

- A proposta contempla o planeamento dos trabalhos reproduzindo ligeiramente as tarefas da empreitada. É genericamente demonstrada a articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e as tarefas da empreitada.

2%

Na "descrição do rendimento das tarefas", os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
• Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são apresentados e acompanhados de justificação.	15%
• Os valores dos rendimentos de todas as tarefas são, apenas, apresentados de forma indicativa.	10%
• Não é apresentado, na totalidade, os valores dos rendimentos das tarefas da empreitada.	5%
• Não é apresentado nenhum dos valores dos rendimentos das tarefas das empreitadas.	0 %

A "adequação da memória descritiva à obra", possuiu os seguintes níveis de classificação:

Descrição	Classificação
• A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. É demonstrado detalhadamente o desenvolvimento da empreitada.	45%
• A memória descritiva apresenta os meios específicos da empresa com as especificidades técnicas da obra e a articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada.	30%
• A memória descritiva revela os meios específicos da empresa com as especialidades técnicas da obra sem articulação completa entre ambas. Não descreve, na totalidade, desenvolvimento da empreitada.	15%
• A memória descritiva apresenta meios específicos da empresa não relacionados com as especificações técnicas da obra. Não descreve. Na totalidade, o desenvolvimento da empreitada	1%

B2 – Meios Afetos à obra

O subfactor destinado à avaliação dos "Meios Afetos à Obra" desenvolverá a classificação atendendo à constituição da proposta quanto à "Equipa responsável pela orientação da obra" e "adequação da mão-de-obra e equipamento à empreitada".

Na "Equipa responsável pela orientação da obra", os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none">Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, e documentam a justificação das habilitações.	50%
<ul style="list-style-type: none">Os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra não possuem habilitações profissionais adequadas à empreitada, conforme legislação em vigor, ou não documentam as habilitações.	1%

Na "adequação da mão-de-obra e equipamento à obra", os níveis de classificação são definidos como, em seguida, se enumeram:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none">Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada.	50%
<ul style="list-style-type: none">Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada.	30%
<ul style="list-style-type: none">Os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, não estão completamente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados para todas as tarefas, quer no tempo e no espaço, para a execução da empreitada.	5%

B3 – Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho

O subfactor destinado à avaliação da “Gestão de Riscos para Segurança e Saúde no trabalho”, desenvolverá exclusivamente o desenvolvimento e adequação da gestão de riscos à obra de acordo com os seguintes critérios:

Descrição	Classificação
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 	100%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos. 	80%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto. 	60%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresentada está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foi contemplada parte dos trabalhos previstos em projeto e considerados trabalhos não previstos. 	40%
<ul style="list-style-type: none"> A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado). Foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses. 	20%

feito

- A gestão de riscos apresenta não está completa (tem de compreender, a identificação dos perigos, identificação dos trabalhadores expostos, estimativa do risco, valorização do risco, controlo do risco e hierarquização do risco, de acordo com o método previamente apresentado), nem foram contemplados todos os trabalhos previstos em projeto e somente esses.

5%

A Classificação do subfactor B3 – CL(B3) –, é determinado pela pontuação definida para o critério em análise, conforme descrito anteriormente.

A classificação das propostas relativamente ao fator B – Valia Técnica da Proposta – é calculada através da aplicação da fórmula seguinte:

$$CL(B) = p(B1) \times CL(B1) + p(B2) \times CL(B2) + p(B3) \times CL(B3)$$

com:

CL(B) correspondente à classificação do factor B;

p(B1) corresponde à ponderação para o subfactor B1;

CL(B1) correspondente à classificação do subfactor B1;

p(B2) corresponde à ponderação para o subfactor B2;

CL(B2) correspondente à classificação do factor B2;

p(B3) corresponde à ponderação para o subfactor B3;

CL(B3) correspondente à classificação do subfactor B3.

A proposta de cada um dos concorrentes corresponderá será avaliada nos fatores A e B, devidamente ponderados, e que será traduzida pela fórmula seguinte:

$$P_i = p_A \times CL(A) + p_{B1} \times CL(B1) + p_{B2} \times CL(B2) + p_{B3} \times CL(B3)$$

em que:

P_i - Proposta do concorrente i;

p_A - ponderação da classificação do factor A;

p_{B1} - ponderação da classificação do factor B1;

p_{B2} - ponderação da classificação do factor B2;

p_{B3} - ponderação da classificação do factor B3.

A Proposta Mais Vantajosa – **PMV** – corresponderá à maior classificação, entre as diversas propostas – P_i - apresentadas.

Qen
falho

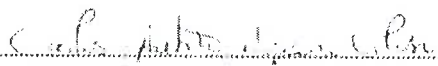
O resultado da análise efetuada de acordo com o modelo anterior, e demonstrado nos documentos anexos ao relatório preliminar, efetuado em 10-08-2017 que se anexa, hierarquiza as propostas admitidas da seguinte forma:


1	Concorrente n.º 10	Edilages, S.A.	1.842.997,62€
2	Concorrente n.º 7	Construções Capela Braga, Lda	1.900.798.06€
3	Concorrente n.º 6	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	1.897.038,10€
4	Concorrente n.º 9	Empresa de Construções Amandio Carvalho, S.A.	1.983.041,66€

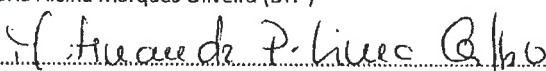
1. Conclusão

O júri do concurso considera que a empreitada deve ser adjudicada ao concorrente n.º10 – **EDILAGES, S.A.**, pelo valor da sua proposta – **1.842.997,62€ + IVA** (um milhão, oito centos e quarenta e dois mil, nove centos e noventa e sete euros e sessenta e dois cêntimos + IVA).

Santo Tirso, 29 de agosto de 2017


 Carlos António Nogueira Veloso (Eng.º)


 Maria Alcina Marques Oliveira (Dr.ª)


 Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho (Eng.ª)



6. CONTRATO PARA PLANEAMENTO E ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA PICARIA: RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO SOBRE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.-----

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de doze do corrente mês de setembro, registada com o número oito mil novecentos e setenta e dois, a remeter o Relatório de ponderação sobre o período de discussão pública relativo ao Contrato para Planeamento para elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria, cuja minuta foi aprovada pela câmara municipal em reunião de treze de julho último (item três da respetiva ata).-----

Anexa-se à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, cópia do aludido Relatório, o que constitui o anexo II da mesma.-----

Considerando que no período de discussão pública da proposta de contrato aprovada pela aludida deliberação da câmara municipal, não foram apresentadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, o senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse dar seguimento ao procedimento de contratação, decidindo celebrar um contrato de planeamento para elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Picaria, nos termos da minuta aprovada pela aludida deliberação desta câmara municipal e com a fundamentação que consta da mesma.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO LEÇA E A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, TENDO POR OBJETO A ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRÉVIO PARA A QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CORREDOR DO RIO LEÇA.--

Presente informação do Gabinete de Direção Municipal, de dezoito do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e sessenta e dois, a remeter minuta de Acordo de Cooperação a celebrar entre os municípios abrangidos pela bacia hidrográfica do Rio Leça, Maia, Matosinhos, Valongo e Santo Tirso, e a Área Metropolitana do Porto, tendo por objeto a elaboração do estudo prévio para a qualificação e valorização do Rio Leça.-----

Do referido Acordo resulta uma despesa para o município no montante de 18.725,00 € (dezoito mil setecentos e vinte e cinco euros), que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2733/2017.-----

O compromisso assumido pelo município está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3563/2017, de vinte e um do corrente mês de setembro.--

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a celebração do aludido Acordo de Cooperação, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



8. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO SOCIAL EUROPEU À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 07 – 4234 – FSE – 000005, DESIGNADA POR “PROJETOS INOVADORES DE INCLUSÃO SOCIAL DE ÂMBITO TERRITORIAL”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES.-----

Presente informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos, de treze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil e dezanove, a informar que a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2020, por deliberação de nove de agosto findo, decidiu aprovar a candidatura apresentada pelo município designada “Projetos inovadores de inclusão social de âmbito territorial”.-----

A candidatura prevê um investimento elegível total de 188.626,25 € (cento e oitenta e oito mil seiscentos e vinte e seis euros e vinte e cinco centimos), dividindo-se da seguinte forma:-----

- 156.192,90 € (cento e cinquenta e seis mil cento e noventa e dois euros e noventa centimos) para o município de Santo Tirso;-----

- 32.433,34 € (trinta e dois mil quatrocentos e trinta e três euros e trinta e quatro centimos) para a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe.-----

Para o valor elegível a executar pelo município de Santo Tirso a comparticipação do FSE é de 85%, correspondente a 132.763,97 € (cento e trinta e dois mil setecentos e sessenta e três euros e noventa e sete centimos), sendo o remanescente, no montante de 23.428,93 € (vinte e três mil quatrocentos e vinte e oito euros e noventa e três centimos), a suportar pelo município de Santo Tirso.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura, bem como a decisão de aceitação das condições de aprovação da mesma, conforme Termo de Aceitação de treze do corrente mês de setembro, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



9. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE NURI, S.A.: PEDIDO DE DESAFETAÇÃO DE TERRENO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL.-----

Presente requerimento de dezassete de julho último, da sociedade NURI, S.A., registado com o número dezoito mil cento e setenta e um, a solicitar a desanexação de terreno inserido na Reserva Ecológica Nacional, na zona limítrofe ao edifício industrial localizado na Travessa da Nova Indústria, nº 50, Santo Tirso, em virtude de pretender ampliar as suas instalações fabris, pela necessidade de acréscimo substancial da capacidade produtiva de empresa em 82% a partir de uma nova linha de produção, tudo conforme memória descritiva que instrui o referido requerimento, e que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O pedido vem informado pela Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, conforme informações de vinte e sete de julho último e catorze de agosto findo, registadas, respetivamente, com os números sete mil quinhentos e trinta e cinco e oito mil e oitenta e nove, que aqui se dão por inteiramente transcritas para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 16º-A do Decreto-lei 166/2008, de 22 de agosto, e face à fundamentação constante das aludidas informações e pelas razões justificativas que constam da memória descritiva e justificativa da proposta de alteração que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, deliberasse aprovar a proposta de alteração simplificada à delimitação da REN e apresentar a mesma à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata subscreveram esta proposta, porque consideram que se trata de uma situação excecional, já que em causa estão dois pressupostos:-----

Por um lado, a correção de uma situação ao qual a empresa é alheia, e por outro lado a necessidade de criar condições para que a empresa possa aumentar a sua capacidade produtiva e por essa razão gerar mais riqueza e emprego.-----

10. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DE VALINHAS.-----

Presente ofício de dois de agosto findo, da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Misericórdia de Valinhas, registado com número vinte e um mil trezentos e setenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de Nossa Senhora da Misericórdia de Valinhas, que se realizaram de um a dez do corrente mês de setembro, cuja estimativa orçamental era de 36 000,00 € (trinta e seis mil euros).-----

O expediente vem informado pelo Departamento de Cultura, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil e oitenta e três.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de São Salvador de Monte Córdova, para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas festas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2759/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 18 Fl. 37
21 de setembro de 2017

de apoio à execução orçamental, com o número 3553/2017, de dezanove do corrente mês de setembro .-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MIGUEL DAS AVES – FESTAS EM HONRA DE S. MIGUEL ARCANJO.-----

Presente ofício de quinze de maio último, da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel das Aves, registado com número treze mil setecentos e quinze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de S. Miguel Arcanjo, que se realizam de vinte e três a vinte e nove de setembro, cuja estimativa orçamental é de 19.850,00 € (dezanove mil oitocentos e cinquenta euros).-----

O assunto vem informado pelo Departamento de Cultura, conforme informação de seis de junho último, registada com o número cinco mil duzentos e setenta e oito.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que se deslocam ao concelho por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel das Aves, para ajudar a custear as despesas com a realização das referidas festas.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2758/2017.-----



O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 3552/2017, de dezanove do corrente mês de setembro .-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



12. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE SÃO MARTINHO – 2017.-----

Presente ofício de quinze de abril último, da Associação Recreativa de São Martinho, registado com o número dez mil trezentos e vinte e três, a remeter documentação para instrução do seu pedido de celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, para apoio do seu programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir no ano em curso.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil quatrocentos e trinta e dois, de vinte e cinco de agosto findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Recreativa de São Martinho tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio institucional da Segurança Social Direta, no dia sete do corrente mês de setembro, cuja informação obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme informação emitida via internet (por consentimento de consulta) pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e oito de agosto findo, válida por seis meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 70.000,00 € (setenta mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela

rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2653/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3369/2017, de cinco do corrente mês de setembro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

13. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO COLUMBÓFILO AZAS DE ÁGUA LONGA – 2017.-----

Presente ofício de vinte de julho último, do Grupo Columbófilo Azas de Água Longa, registado com o número dezassete mil oitocentos e oitenta e nove, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil trezentos e sessenta e quatro, de vinte e quatro de agosto findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Grupo Columbófilo Azas de Água Longa tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio institucional da Segurança Social Direta, no dia vinte e nove de agosto findo, cuja informação obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme informação emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso (consulta por consentimento), no dia vinte e quatro do mesmo mês de agosto, válida por seis meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 7.389,00 € (sete mil trezentos e oitenta e nove euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, que inclui a realização de obras de melhoramento das infraestruturas desportivas da entidade beneficiária, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma,



rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701 e 080701, nas quais tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2656/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3372/2017, de cinco do corrente mês de setembro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



14. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE REBORDÕES – 2017.-----

Presente requerimento de um de agosto findo, da Associação Recreativa de Rebordões, registado com o número dezanove mil cento e treze, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil trezentos e quarenta e um, de vinte e três de agosto findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Recreativa de Rebordões tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P. – Centro Distrital do Porto, no dia trinta e um de julho último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e cinco do mesmo mês, válida por três meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 400,00 € (quatrocentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----



O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2655/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3370/2017, de cinco do corrente mês de setembro.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

15. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA AB 92 - UNIÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SANTO TIRSO – 2017.-----

Presente requerimento de catorze do corrente mês de setembro, da associação AB 92 – União Desportiva e Cultural de Santo Tirso, registado com o número vinte e dois mil novecentos e oitenta e quatro, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número nove mil cento e vinte e dois, de dezoito de setembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação AB 92 – União Desportiva e Cultural de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia catorze de junho último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezoito do corrente mês de setembro, válida por três meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 8.000,00 € (oito mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, (realização de obras de melhoramento das respetivas infraestruturas desportivas), a pagar à medida da execução dos respetivos trabalhos e nos demais termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento

Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2743/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3564/2017, desta data.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



A

16. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE - 2017.-----

Presente ofício de vinte e três de dezembro último, da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, registado com o número vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e dois / dois mil e dezasseis, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano de dois mil e dezassete e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número nove mil e noventa e seis, de quinze do corrente mês de setembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio institucional da Segurança Social Direta, no dia dezoito de agosto findo, cuja informação obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezoito de julho último, válida por três meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, rubricado pelo presidente e por quem



secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2744/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3561/2017, desta data.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



17. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO CAST – CENTRO DE ATLETISMO SANTO TIRSO – 2017.-----

Presente ofício de vinte e oito de abril último, da associação CAST – Centro de Atletismo de Santo Tirso, registado com o número dez mil oitocentos e noventa e seis, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número nove mil e noventa e nove, de quinze do corrente mês de setembro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o CAST – Centro de Atletismo de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço de Segurança Social Directa, no dia dezanove do corrente mês de setembro, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia quinze do mesmo mês, válida por três meses;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----



O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 2738/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3565/2017, desta data.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



18. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DE PESCA DESPORTIVA ALÉM RIO – 2017.-----

Presente ofício de vinte e três de fevereiro último, da associação denominada Clube de Pesca Desportiva Além-Rio, registado com o número quatro mil quatrocentos e vinte e dois, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil quatrocentos e noventa e um, de vinte e oito de agosto findo, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Clube de Pesca Desportiva Além-Rio tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia quinze do corrente mês de setembro, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezoito do mesmo mês, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XII da mesma.-----



O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2609/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 3265/2017, de vinte e nove de agosto findo.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ATLETA ERCÍLIA MACHADO.-----

Presente requerimento de Ercília Maria dos Santos Machado, residente na Rua Bernardino Machado, n.º 125, freguesia de Roriz, de trinta e um de julho último, enviado por email da mesma data, registado com o número dezanove mil duzentos e três, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro último, (item dez da respetiva ata), publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março último.-----

A requerente é atleta na modalidade de Atletismo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

A requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia quinze do corrente mês de setembro, válida por três meses.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com a identificada atleta, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros), a pagar após a publicitação do respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de contrato de



A

2

patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XIII da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017.

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3544/2017, de dezoito do corrente mês de setembro.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



20. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O ATLETA JOÃO CORREIA.

Presente requerimento de João Paulo Martins Correia, residente na Rua José Dias Costa, 709, freguesia de União das freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira, de vinte e oito de agosto findo, registado com o número vinte e um mil trezentos e setenta e dois, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro último, (item dez da respetiva ata), publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março último.-----

O requerente é atleta na modalidade de Atletismo adaptado.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e cinco, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia quinze do corrente mês de setembro, válida por três meses.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com o identificado atleta, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), a pagar após a publicitação do respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de contrato de patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante,



[Handwritten signature]

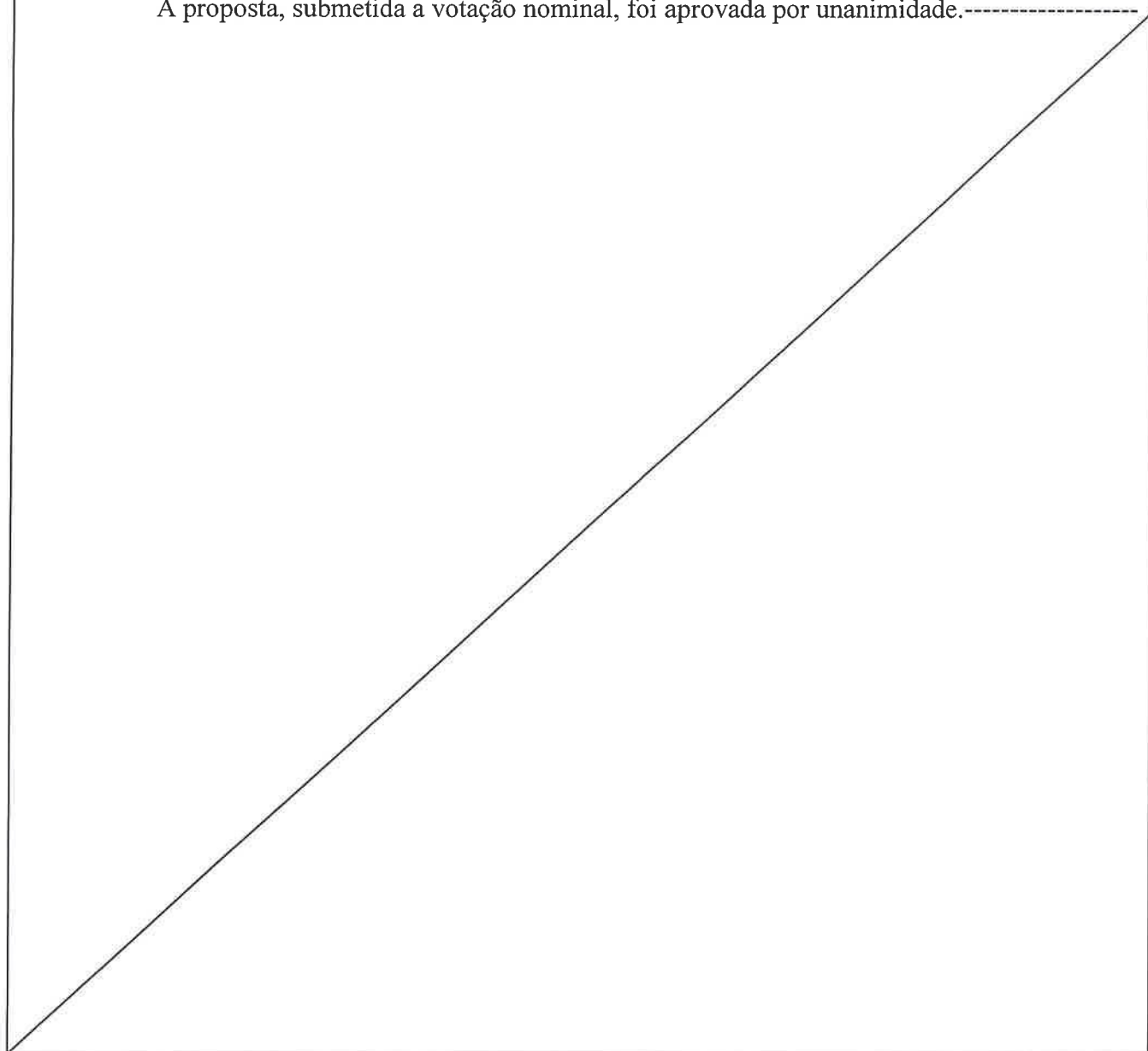
[Handwritten signature]

constituindo o anexo XIV da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017.

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3541/2017, de dezoito do corrente mês de setembro.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





21. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A ATLETA MARIA LAGOA.-

Presente requerimento de Maria de Fátima de Almeida Lagoa, residente na Rua Ferreira de Lemos Edifício Bela Vista, Bloco B – 2º Esq. N.º 476, da cidade de Santo Tirso, de vinte e quatro de abril último, registado com o número nove mil oitocentos e dezoito alterado por requerimento de vinte e nove de agosto findo, registado com o número vinte e um mil setecentos e sete, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro último, (item dez da respetiva ata) publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março último.-----

A requerente é atleta na modalidade de Halterofilismo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

A requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezasseis do corrente mês de setembro, válida por três meses.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com a identificada atleta, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros), a pagar após a publicitação do respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de contrato de



patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XV da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017.

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3543/2017, de dezoito do corrente mês de setembro.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



22. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O ATLETA PAULO VIDES.---

Presente requerimento de Marco Paulo Pacheco Vides, natural de Santo Tirso, Concelho de Santo Tirso, residente na Travessa 25 de Abril, n.º 100, 2º Esq., freguesia da União de Freguesia de São Miguel e São João, concelho de Vizela, de nove de agosto findo, registado com o número vinte mil cento e oito, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro último, (item dez da respetiva ata) publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março último.-----

O requerente é atleta na modalidade de Duatlo/Triatlo.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Vizela, no dia quinze do corrente mês de setembro, válida por três meses.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com o identificado atleta, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros), a pagar após a publicitação do respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de contrato de patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o



anexo XVI da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017.

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3546/2017, de dezoito do corrente mês de setembro.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



23. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O ATLETA RICARDO SANTOS.-----

Presente requerimento de Ricardo Filipe Vilas Alves Silva Santos, residente na Praça Vasco da Gama, n.º 111, 3º Dto, freguesia União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, de dez de julho último, registado com o número dezassete mil e vinte e cinco, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro último, (item dez da respetiva ata) publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março último.-----

O requerente é atleta na modalidade de Atleta de Trampolins, no Ginásio Clube de Santo Tirso.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia dezoito do corrente mês de setembro, válida por três meses.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com o identificado atleta, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), a pagar após a publicitação do



respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de contrato de patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XVII da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017.

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3545/2017, de dezoito do corrente mês de setembro.--

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



24. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O ATLETA JOAQUIM MACHADO.-----

Presente requerimento de Joaquim Ferreira Machado, residente na Travessa das Alminhas, n.º 13, freguesia de Monte Córdova, deste concelho, de doze do corrente mês de setembro, registado com o número vinte e três mil cento e quatro, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro último, (item dez da respetiva ata) publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março último.-----

O requerente é atleta na modalidade de Atletismo adaptado.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de quinze do corrente mês de setembro, registada com o número nove mil cento e dez, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia quinze do corrente mês de setembro, válida por três meses.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com o identificado atleta, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), a pagar após a publicitação do respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de

contrato de patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo XVIII da mesma.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017.

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3547/2017, de dezoito do corrente mês de setembro.

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

No final da discussão e votação dos contratos de patrocínio desportivo (itens dezanove a vinte e quatro desta ata), os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD,PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do Partido Social Democrata votaram a favor desta proposta, que é implementada pela primeira vez, nestes moldes, de acordo com o Regulamento aprovado, e têm consciência que se fez justiça a um conjunto de atletas que têm prestigiado Santo Tirso. Além disso esta medida agora implementada corresponde também a propostas por nós apresentadas e que mereceram o acolhimento da maioria socialista e que agora são materializadas”.-----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Ninguém do público presente quis usar da palavra.-----

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, nos termos do n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Dezasseis horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem sessenta e oito folhas, apenas utilizadas no anverso, e dezoito documentos anexos (anexo I, relativo ao item quatro; anexo II, relativo ao item seis; anexo III, relativo ao item sete; anexo IV, relativo ao item oito; anexo V, relativo ao item nove; anexo VI, relativo ao item doze; anexo VII, relativo ao item treze; anexo VIII, relativo ao item catorze; anexo IX, relativo ao item quinze; anexo X, relativo ao item dezasseis; o anexo XI, relativo ao item dezassete; o anexo XII, relativo ao item dezoito; anexo XIII, relativo ao item dezanove; anexo XIV, relativo ao item vinte; anexo XV, relativo ao item vinte e um; anexo XVI, relativo ao item vinte e dois; anexo XVII, relativo ao item vinte e três; anexo XVIII, relativo ao item vinte e quatro), que eu

Carla Adriana Salgado Peralta

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.